

A Responsabilidade e o Seu Preço

Álvaro de Vasconcelos

O grande debate deste início do século XXI é sobre a responsabilidade internacional em relação às violações dos direitos do Homem - como no presente no conflito israelo-palestiniano ou na guerra civil argelina, assumam ou não a dimensão de crimes contra a humanidade. Internacionalizar esses conflitos, envolver a comunidade internacional na sua resolução, vai no sentido da protecção das vítimas e da superação das assimetrias de poder que facilitam o crime. Evolução positiva é a tendência para a extraterritorialidade no julgamento de crimes contra os direitos do homem e, evidentemente, a criação do Tribunal Penal Internacional.

Sim ao TPI, apesar da prisão perpétua

Portugal deve ratificar o tratado que cria o TPI, não por receio de ficar isolado, mas porque a existência do tribunal constitui um avanço na defesa dos direitos fundamentais contra as suas violações mais graves: os crimes contra a humanidade. E este extraordinário progresso não é posto em causa por prever a pena de prisão perpétua (mitigada pelo facto de ser revista ao fim de 25 anos). Não são porém de arredar, sem os discutir, os argumentos dos que consideram que faz parte da cultura jurídica portuguesa a recusa da pena de morte e da prisão perpétua, mesmo que entre os opositores da ratificação do tratado, tal como aliás também entre os que a defendem, haja muitos que nunca evidenciaram especial predilecção pela supranacionalidade. De acordo com a herança humanista da cultura jurídica portuguesa, que desgraçadamente não se manifesta em muitos aspectos da aplicação concreta da justiça em Portugal, o governo e os portugueses que a compartilham devem bater-se pela exclusão futura da prisão perpétua do catálogo das penas previstas no estatuto do TPI. Se Portugal considerasse que a possibilidade de aplicação da prisão perpétua constituía um retrocesso que se sobrepunha ao progresso representado pela criação de um tribunal mundial para julgar crimes contra a humanidade, então deveria opor-se ao seu tratado fundador. O TPI atesta as novas possibilidades que se abrem para a defesa dos direitos do homem, desaparecidos os constrangimentos da guerra fria. Futuros Pinochets ou Milosevics poderão ser julgados pelo TPI, que funcionará como um dissuasor dos crimes contra a humanidade. Mas não basta dissuadir pela via jurídica, é necessário ter capacidade de intervir militarmente, caso necessário, para travar os criminosos quando a dissuasão não funcionar o que, tragicamente, será frequente. A existência do Tribunal Penal para a antiga Jugoslávia, instituído pela resolução 827 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 25 de Maio de 1993, não foi suficiente para impedir Milosevic (e seus seguidores) de cometer os crimes contra a humanidade de que está agora acusado e pelos quais acabará, mais cedo ou mais tarde, por ser julgado pelo tribunal.

Entre os defensores da ratificação do TPI há, no entanto, quem nunca se tenha manifestado a favor do julgamento de Milosevic, de Karadzic ou Mladic. Ora o TPJ é, tal como o futuro TPI, uma instituição das Nações Unidas. Ou será que pensam que se existisse já o tribunal permanente em 1995, o Conselho de Segurança não o teria solicitado para cumprir a missão que atribuiu ao tribunal especialmente criado para a antiga Jugoslávia?

Paira no entanto sobre a credibilidade do TPI a sua ratificação ou não pelos Estados Unidos. A convenção de Roma foi assinada à última hora por Clinton, depois de longos meses de oposição, mas dificilmente passará no Senado americano, hostil à ideia de que cidadãos americanos possam vir a ser julgados por um tribunal

internacional e grande obstáculo a todo projecto de supranacionalidade.

Cette aveuglante absence de lumière...

É extraordinário como os governos autoritários, aliados das democracias ocidentais na sua oposição à União Soviética, conseguiram durante anos silenciar toda a crítica dos governos democráticos às violações dos direitos humanos e condicionar em parte a imprensa europeia e americana. Os relatos dos sobreviventes do campo de concentração de Tazmamart, em Marrocos, são disso um exemplo inquietante. Condenados a morrer em lento suplício, quatro militares condenados a 10 anos de cadeia, de um grupo de vinte e três, por terem participado num atentado contra o Rei Hassan II, foram os únicos sobreviventes de 18 longos anos numa cela com metro e meio de altura onde não chegava a luz, e tendo como único alimento pão e água. Desta história de horror e crueldade, Tahar Ben-Jelloun, escritor franco-marroquino, fez um romance que intitulou *Cette aveuglante absence de lumière* (Editions du Seuil) e um dos sobreviventes, Ahmed Marzouki, escreveu *Tazmamart, Cellule 10*.

O romance de Ben-Jelloun provocou em França um vivo debate sobre as relações do escritor com Aziz Binenine, que lhe relatou o seu calvário, e sobretudo sobre os silêncios do escritor durante os anos de Hassan II. Mal geral a que escaparam alguns poucos, cegueira, falta de luz que protegeu Hassan II em nome das boas relações com "um rei e um país amigo". Mas *Tazmamart* e os relatos dos seus sobreviventes e mesmo o livro de Ben-Jelloun, a sua existência e divulgação em Marrocos, são parte da nova consciência crítica marroquina que nos dá a todos a esperança de que o filho de Hassan, Mohamed VI, será capaz de construir um país democrático, respeitador dos direitos fundamentais.

Mas se o silêncio pesado e sombrio que encobriu *Tazmamart* em nome da cumplicidade anti-soviética foi agora quebrado, iguais silêncios permanecem em nome da cumplicidade anti-islamista radical. Na Argélia, dez anos de terror e perto de 150 mil mortos ainda não levaram a União Europeia ou os seus Estados membros, nomeadamente a França, a considerarem que têm que definir uma política para a Argélia, que inclui necessariamente a condenação de todas as formas de violação dos direitos do homem, cometa-os quem os cometer. O esclarecimento total das responsabilidades só será possível com uma comissão de inquérito internacional independente, que poderá, por exemplo, esclarecer qual o real valor da denúncia de um antigo oficial páraquedista das forças especiais argelinas, Habib Souaïdia (*La sale guerre, La Découverte*), que afirma ter presenciado e participado em crimes contra civis cometidos pelo exército e testemunhado crimes das milícias pró-governamentais, sem diminuir em nada, no seu relato, a montruosidade dos crimes cometidos contra os mesmos civis pelos islamistas radicais. A internacionalização da crise argelina só pode ser favorável aos interesses da Argélia e dos argelinos.

Internacionalizar o conflito israelo-palestino

Na cidade velha de Jerusalém, no primeiro dia do governo de unidade nacional de Ariel Sharon, sente-se um inquietante vazio na calma e no silêncio reinante, quando é certo que a actual estranha guerra civil é antes do mais uma batalha pela cidade dentro de muralhas, lugar santo das três religiões que se reivindicam de Abraão. Por todo o lado, na parte leste da cidade, fotografias das crianças vitimadas pelas balas dos soldados israelitas, símbolo da crescente cólera dos palestinos. Na véspera, constatou-se a radicalização do discurso israelita, o prenúncio da escalada militar e sobretudo uma angustiante retracção do campo da paz.

Em Israel e na Palestina têm sido cometidos graves crimes contra os direitos humanos, em primeiro lugar pelo governo israelita, que tem vindo a executar extra-judicialmente palestinos que considera comprometidos com as acções mais violentas da nova intifada, ao mesmo tempo que o exército do Estado de Israel responde com violência excessiva à revolta palestina. Do lado palestino, para além das acções terroristas dos islamistas radicais do Hamas, a Autoridade Palestina tem enfraquecido a sua legitimidade ao promover julgamentos sumários dos chamados

traidores e colaboracionistas e a sua condenação à morte.

A União Europeia deveria procurar a internacionalização não só da fiscalização da violência mas também da procura de uma solução para a crise, que implica necessariamente a criação de um Estado palestino viável e democrático. A assimetria existente entre um Estado militarmente poderoso e uma autoridade palestina frágil e ameaçada de colapso económico exige o envolvimento não só dos Estados Unidos mas também da União Europeia, para equilibrar a relação e criar as condições da paz.

Atenção ao Kosovo e à Macedónia

A hesitação existente, nomeadamente por parte da União Europeia, em aplicar a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que prevê a realização de eleições e uma larga autonomia no Kosovo pode provocar um conflito militar aberto entre os kosovares e as forças da Kfor. Coisa bem diferente do conflito limitado que resulta do imperativo de proteger a minoria Sérvia de um punhado de nacionalistas radicais kosovares. As consequências sobre a Macedónia, onde se verificaram já escaramuças várias que envolveram a Kfor, tenderão a agravar-se se nada for feito a muito curto prazo.